

RECENSÃO

A miséria da globalização

Rui Ramos

Historiador, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

John Gray, Falso Amanhecer:

Lisboa, Gradiva-Universidade de Aveiro, 2000, 286 p. (edição original: John Gray, False Dawn. The Delusions of Global Capitalism: Londres, Granta Books, 1998, 234 p.)

A revolução contra o antigo regime social do século xx

quilo a que se começou a chamar «globalização» na década de 1990 é um fantasma ideológico que foi buscar inspiração ao progressivo restabelecimento, a partir de 1945, das conexões económicas entre os Estados nacionais. Essas conexões, que já tinham sido muito intensas nas décadas anteriores à Grande Guerra de 1914-1918, haviam-se atenuado no período de entre guerras (1918-1939), quando o proteccionismo triunfou. O seu restabelecimento, iniciado depois da II Guerra Mundial (1939-1945) foi, a partir da década de 1970, animado por novas tecnologias de informação. É este o primeiro sentido da globalização: o intercâmbio de bens, capitais e informações entre as várias regiões do mundo. Mas ninguém talvez tivesse dado por essa globalização se não tivesse sido acompanhada por outros três fenómenos: a industrialização do Extremo Oriente desde a década de 1960; o debate sobre o papel do Estado no Ocidente na década de 1980; e sobretudo o colapso do império soviético na Europa entre 1989 e 1991. Estes três desenvolvimentos levaram a que o restabelecimento de conexões económicas entre os Estados adquirisse um sentido forte: a uniformização do mundo com base na cultura empresarial e política originalmente desenvolvida na Europa Ocidental e na América do Norte desde o século xviii. É este o sentido apocalíptico da globalização. Neste aspecto, a globalização é outro termo para o que se tem chamado «capitalismo», «modernização», ou, mais dramaticamente, «fim da história». No entanto, o carácter inédito que se tem querido dar à globalização é discutível. A primeira globalização já tinha beneficiado de invenções tecnológicas que, à época, impressionaram tanto como a Internet hoje em dia: o telégrafo e a navegação a vapor. Por outro lado, os sinais de uniformização do mundo também poderiam ter sido detectados em épocas anteriores: por volta de 1900, o Japão já assinalara a vivacidade económica do Extremo Oriente; antes da instauração da tirania bolchevista na Rússia (1917) e da ditadura fascista na Itália (1922), também se confiara em que o parlamentarismo ocidental acabaria por regular a vida cívica em todas as partes do mundo. O maravilhoso mundo novo já era maravilhoso e novo há cem anos, quando Cesário Verde fazia versos com «as maçãs de espelho» empapeladas nos arredores de Lisboa e que Herbert Spencer comia em Londres.

No entanto, a reglobalização nunca teria sido objecto de discussão política como é agora, se não fosse claro, para muitos, que ela dependeu de decisões políticas e não foi apenas o efeito espontâneo de uma natureza económica ou tecnológica que, como o clima, estivesse para além das opções humanas. A primeira globalização tinha sido atenuada depois da Grande Guerra de 1914-1918 por políticas proteccionistas e por uma convicção generalizada (e criada pela guerra), de que a guerra tinha como base uma competição económica, onde ganhariam os mais auto-suficientes; e de que a eficiência económica dependia da aplicação da ciência e esta de organização, de planos, e do controlo de gestores omniscientes sobre as populações. Os Estados concebiam-se como máquinas de guerra, como tinham sido durante a Grande Guerra, quando toda a produção e distribuição era registada e dirigida. A depressão da década de 1930 animou ainda mais os argumentos a favor da planificação, da intervenção ou pelo menos da despesa estatal (Keynes também disse que economias eram necessárias para evitar inflação, mas isso foi esquecido). A fé estava em assegurar pleno emprego através de medidas financeiras. E assim se passaram trinta anos. No fim, faltou dinheiro e as políticas de pleno emprego pareceram uma forma de proteger classes de trabalhadores privilegiadas. A maior riqueza, a própria segurança do Estado-providência, e a revolução cultural da década de 1960 criaram apetite para mais individualismo e vontade de arriscar. A «sociedade da opulência» destruiu o Estado-providência, não só porque o ethos social mudou, de uma óptica de sacrifício e igualitarismo para outra de hedonismo e gosto de destaque e individualidade, mas também porque o maior conforto levou a um crescimento das expectativas. O Estado-providência estava pensado para evitar miséria: mas a subida da riqueza fez com que a farsa da miséria estivesse sempre a subir, e que portanto os objectivos do Estado-providência não pudessem ser atingidos. À medida que as memórias do desemprego da década de 1930 e dos sacrifícios da guerra se desvaneceram, a disciplina e as despesas necessárias a um sistema de segurança social tornaram-se mais insuportáveis.

Numa grande parte dos Estados, a «globalização» foi, a partir da década de 1980, a bandeira que presidiu às reformas e críticas do nacionalismo económico herdado das guerras mundiais, quando os Estados haviam optado por tratar a economia como uma matéria de segurança nacional, sujeita a planos e com sectores directamente controlados pelos governos, tudo justificado pela necessidade de proteger os cidadãos contra a incerteza e a escassez. Tal como os aparentes sucessos da planificação soviética nas décadas de 1930 e 1950 haviam criado o ambiente para o Estado-providência, o descrédito do socialismo soviético ajudou a criar o ambiente para aquilo que, por analogia com os procedimentos que precederam a globalização na primeira metade do século XIX, se chamou «liberalização». A «globalização» das décadas de 1980 e 1990 expressou a revolução política contra o «antigo regime» social dos meados do século XX.

A reacção antiglobalista

Com este livro, John Gray esforça-se precisamente por usar a globalização como uma grande ameaça que sirva para «um novo centro» político oposto aos governos ditos «neoliberais» da década de 1980. A sua audiência prevista é menos o grande público do que a elite de poder anglo-saxónica. Gray foi professor da Universidade de Oxford e é hoje professor da London School of Economics. É também autor de muita colaboração na imprensa e um animador dos chamados think-tanks, as fundações e grupos de académicos

organizados para influenciar as políticas dos partidos de governo na Grã-Bretanha e nos eua. Não é um simples académico, mas um agitador em órbita permanente à volta do poder. Não se dirige às massas, mas a audiências escolhidas de gestores económicos e políticos. As suas leituras e referências são muito vastas, ultrapassando em muito a especialização do académico mais típico (é, por exemplo, um admirador apaixonado de Fernando Pessoa). Este livro reflecte a sua versátil curiosidade: a um capítulo histórico sobre a Inglaterra do século xix, seguem-se capítulos sobre as reformas neoliberais na Inglaterra, Nova Zelândia e México, sobre os eua, sobre a Rússia pós-comunista e sobre a China. Não é fácil catalogar Gray politicamente. Na capa da tradução portuguesa, diz-se que «exerceu grande influência nas políticas de Margaret Thatcher». Não é exacto. Gray seguiu, de facto, a onda «neoliberal» cavalgada pelos governos conservadores da década de 1980. Escreveu sobre Hayek, donde ganhou o ódio ao «construtivismo racionalista». Mas, na fase do declínio conservador, foi-se identificando como a consciência de um «liberalismo agónico», centrado na ideia de Isaiah Berlin de que há, nas coisas humanas, um conflito insanável entre valores incomensuráveis e que portanto qualquer decisão humana é enraizada e contestável. Segundo Gray, «any complex morality recognizes goods that are in their very natures uncombinable», o que implicaria que qualquer moralidade «will generate for its practitioners moral dilemmas, and rivalries among the virtues, that reasoning cannot resolve» (Gray, Isaiah Berlin: Londres, Harper and Collins, 1995, p. 45). A conclusão que Gray retirou deste princípio foi conservadora: o mundo existe em culturas locais e não se podem exportar coisas como os direitos humanos ou a livre-empresa. A fama que tem, porém, adquiriu-a no ataque ao último governo conservador. Adoptou então um ponto de vista dos conservadores da década de 1950, pré-Thatcheriano («One Nation Toryism»), o que o pôs no barco do Novo Trabalhismo de Tony Blair. Gray comparou o Thatcherismo a um projecto iluminista, uma espécie de marxismo de direita, contra o qual pôde mobilizar o seu anticonstrucionismo e o seu pluralismo. Cortada a orelha neoliberal, não se esqueceu, obviamente, de despachar também a social-democracia. Com o Falso Amanhecer, Gray quis obviamente escrever o equivalente mundial do que o seu amigo Will Hutton escrevera para a Inglaterra (The State We Are In, Londres, Vintage, 1995). Hutton era o editor do The Guardian, o jornal do povo de esquerda, isto é, dos funcionários públicos, especialmente dos professores de liceu (que estão para o antigo regime social do século xx como os aristocratas estavam para o antigo regime do século xviii). O seu livro foi um pólo da mobilização da opinião desse sector para apoiar o Partido Trabalhista em meados da década de 1990. Gray não é um homem de esquerda, mas uma voz conservadora alinhada com o Novo Centro no poder através dos partidos social-democratas. E é na medida em que reflecte as hesitações e ambiguidades desse Novo Centro que Gray é interessante. O Falso Amanhecer é feito da mesma falta de ritmo, da catadupa de exemplos, e da ambiguidade do The State We Are In de Will Hutton, e já agora também do manifesto do novo centro, The Third Way (Londres, Verso, 1998) de Anthony Giddens. Giddens, um ex-esquerdista, é outro amigo de Hutton e de Gray – aliás citados nos agradecimentos do The Third Way. A sua grande descoberta é a solução de todas as polémicas que opõem a direita à esquerda pela esclarecedora fórmula de que «depending on context, government needs sometimes to be drawn further into the civil arena, sometimes to retreat» (The Third Way, cit., p. 80). Gray entrou para a London School of Economics precisamente pela mão de Giddens, quando este se tornou o seu director. Enfim, esta pequena história serve apenas para

indicar a necessidade de colocar o livro de Gray na perspectiva ambígua do novo centro, isto é, daqueles governos ocidentais da década de 1990, apoiados em partidos de esquerda, que tentaram gerir a ressaca do levantamento popular contra o socialismo na década anterior.

A princípio, Gray começa por voltar contra a «globalização» a artilharia conceptual que já utilizara contra o «iluminismo», nome que deu ao «construtivismo racionalista», isto é, à tese de que é possível refazer a ordem social segundo um plano predefinido, e que ele atribuiu tanto a Lenine como a Thatcher, os dois revolucionários (ver, a este respeito, os seguintes livros de Gray: *The Enlightenment's Wake. Politics and Culture at the Close of the Modern Age*, Londres, Routledge, 1995; e *Voltaire*, Londres, Phoenix, 1998). Gray afirma-se como defensor da diversidade cultural do mundo. O homem só seria feliz em culturas locais, ameaçadas pelas duas versões do iluminismo ocidental globalizantes: o marxismo-leninismo soviético, e a ideologia do mercado livre anglo-saxónica. Segundo Gray, a disseminação de tecnologias não é uma ameaça à diversidade, na medida em que essas tecnologias tendem a ser adaptadas pelas culturas locais. A globalização nefasta tem a ver com a orientação dos EUA para imporem ao mundo, através do Banco Mundial e do fmi, uma cultura particular expressa num certo tipo de mercado conhecido como «mercado livre», basicamente um arranjo social e político em que o poder do Estado é usado para preservar a iniciativa livre dos empresários, independentemente dos custos sociais dessa iniciativa. Em suma, a consagração legal da «destruição criativa» descrita por Joseph Schumpeter. Na maior parte do mundo, esta política americana teria implicado o fim da protecção do Estado aos modos de vida tradicionais. Segundo Gray, como os Estados estão legitimados por esta «protecção», quando a ela renunciam forçados pelas instâncias financeiras, correm o risco de perder a legitimidade e abrir o campo à anarquia. É por isso que Gray acha que o projecto americano de «capitalismo global» falhará: não produzirá uma civilização global, mas uma anarquia global.

É este o argumento principal. Mas não é claro no livro. O Falso Amanhecer sofre do facto de o espaço natural de Gray não ser o livro, mas o «paper» de seminário, que ele adoptou depois para coluna de opinião na imprensa. Neste livro, é um sprinter a fazer uma maratona, por etapas, de tal modo que o sentido geral da corrida se perde frequentemente. Não é por acaso que Gray aproveitou o posfácio da segunda edição inglesa, não para verdadeiramente «actualizar» o argumento, mas para esclarecer o fio dos seus raciocínios. Há vários pontos fracos na argumentação de Gray. Por exemplo, Gray não considera a congruência entre a disseminação de tecnologias e a adopção de um quadro institucional de apoio ao empresário livre. No entanto, Gray atribui a disseminação tecnológica à migração de investimentos motivada pela possibilidade de aproveitar custos menores para produzir bens procurados nos grandes mercados. Nesse caso, não se percebe como é possível dissociar a disseminação de tecnologia, por um lado, e políticas que favoreçam a circulação de bens e investimentos, por outro. Seria possível conceber a industrialização dos Estados asiáticos sem a possibilidade que tiveram de explorar comércio internacional?

De facto, não há em Gray contradição de argumento, mas vontade de agradar a uma frente ampla. Gray percebeu que essa frente pode ir de conservadores incomodados pelo livre-cambismo, até esquerdistas saudosos do Estado social, todos unidos numa espécie de socialismo conservador. Gray tem a tendência para identificar o que ele chama «culturas específicas» com os Estados sociais e proteccionistas do pós-guerra. A

destruição dessas culturas é atribuída a forças estranhas, à conspiração da finança americana. Gray nunca nos diz que há Estados, partidos e seitas religiosas autóctones, não-ocidentais, que são maiores ameaças para as culturas locais do que os directores de qualquer companhia multinacional, como o fundamentalismo islâmico no Irão. Há ainda outros lados discutíveis das análises de Gray. O capítulo sobre a Rússia pós-comunista está escrito de maneira que a ruína da Rússia é correctamente atribuída à experiência comunista desde 1917, mas depois contabilizada como mais um trágico resultado da aplicação do programa de americanização em 1992.

Gray abre o jogo quando, para conter o «capitalismo global», sugere o «governo global». Segundo Gray, os empresários livres estarão sempre à vontade enquanto algures no mundo houver um recanto onde possam proteger os seus capitais e as suas fábricas. É preciso um polícia global para os perseguir. Ora, esse papel, hoje em dia, só poderia ser desempenhado pelos Estados Unidos da América. Gray sabe que qualquer solução, no mundo, depende, neste momento, dos eua. Logo, o objectivo desta propaganda antiglobalização seria converter o governo americano ao anticapitalismo, de modo a fazer dele o braço armado do socialismo conservador. Não nos vamos deter no estranho beco onde Gray nos deixa: uma intervenção racionalista para proteger a diversidade, um governo único para preservar o pluralismo, um poder americano para combater a americanização, uma regulamentação ocidental para acabar com a ocidentalização.

O mais grave neste livro é que John Gray acaba por negar os instrumentos de análise aperfeiçoados noutros livros. O estudo de Gray poderia ter servido para explorar uma tese: a reglobalização, no sentido de apoio à empresa livre, foi, fundamentalmente, o resultado de decisões políticas fundadas numa leitura das expectativas das massas de cidadãos. A mudança da década de 1980 não foi o resultado da conspiração dos mercados, como parecem acreditar os antiglobalistas: foram os eleitorados que tiraram os social-democratas e puseram Thatcher e Reagan no poder, e foram os cidadãos, fugindo em massa através das fronteiras, que fizeram cair o Muro de Berlim. A globalização é um fruto da democracia. O dismantelamento do Estado social não começou em Wall Street. Começou nos Estados americanos onde os contribuintes se revoltaram contra os défices e cujos eleitorados derrubaram governos despesistas. E não se pode compreender isso sem perceber a que tinham chegado, por volta de 1970, os famosos Estados sociais do pós-guerra, com a sua política de pleno emprego financiada por défices cada vez maiores. A memória do «Inverno do descontentamento» de 1979, sob a última administração trabalhista antes da de Tony Blair, ainda arrepia os mais velhos na Grã-Bretanha. O problema de Gray é que ele ainda se lembra bem desse «Inverno» e daí a ambiguidade do texto: por um lado, ele lamenta a política de apoio à livre-empresa, por outro considera-a inevitável.

O sonho de Gray é suscitar «políticas que submetam os mercados à satisfação das necessidades humanas» (p. 113). Mas não satisfazem os mercados livres, mesmo os mercados selvagens fantasiados pelos inimigos da globalização, necessidades humanas? É pena que Gray não tenha aqui seguido a inspiração de Isaiah Berlin e admitido que os desejos humanos não formam um sistema coerente, que nem todos os valores admitidos pelo mesmo indivíduo são compatíveis (I. Berlin, *Against the Current. Essays in the History of Ideas*: Oxford, Clarendon Press, 1989, p. 71). Nem todos os rapazes e raparigas sonham com uma existência de funcionários públicos com emprego e reforma assegurada. O risco, a aventura, são também necessidades humanas, tal como a segurança

e a rotina. Hoje em dia, há filmes sobre a falta de sentido que atormenta as classes médias dos subúrbios por causa de uma existência experimentada sem quaisquer amarras ou ancoradouros; no século XIX, havia romances sobre a revolta do indivíduo contra uma sociedade arregimentada, de posições fixas e expectativas predeterminadas. O que estes inimigos da «sociedade de consumo» esquecem é a imensa frustração dos indivíduos, especialmente dos mais criativos, dos mais diferentes, dos mais ambiciosos, sob os Estados sociais do passado. Os Estados keinesianos da década de 1970 estavam reduzidos a mecanismos em que uma pequena minoria de operários era mantida em empregos altamente pagos à custa do resto da sociedade. Para lhes preservar os privilégios, os governos deveriam ter combatido quaisquer inovações domésticas ou competição exterior. Teria sido possível. Mas foi a revolta do resto da sociedade que destruiu os tais «mercados sociais» de que fala Gray. Destruiu? Os seres humanos não são consistentes. Assim como estes manifestos do medo sobre a globalização são best-sellers em 2000, o livro *Free to Choose* de Milton Friedman foi um best-seller em 1980. Em 1984, o livro de George Orwell era ressuscitado e os chefes de família da classe média, que agora tremem com medo de Bill Gates, estremeciam então com a ideia de ouvirem na porta as batidas do kgb. Em 1980, o pavor era o «Estado», por detrás do qual estavam as cabeças envelhecidas do presidium do Soviete Supremo; em 2000, é o «mercado», por detrás do qual está a cara juvenil dos correctores de Wall Street. Os nossos pesadelos mudaram: de um mundo em que todos seríamos empregados pobres às ordens de burocratas marxistas, para outro em que todos seremos empregados pobres de empresários livre-cambistas. Ninguém se lembrava de que o Estado somos nós, e de que o mercado somos nós também. Quando Gray insinua que o mercado global obrigou os camponeses chineses a deixarem o campo para irem à procura de emprego nas cidades, esquece que o mercado global não é como a polícia de um Estado socialista: foram os camponeses que decidiram deixar as aldeias por salários mais altos. Eles – a sua ganância, a sua recusa em aceitar o destino – são os culpados, não o mercado global. É aliás interessante que este livro, que tanto fala das migrações de capitais (culpadas de todos os males), nunca fale da migração de mão-de-obra. Se os Estados Unidos são o Inferno, por que é que metade do mundo tenta emigrar para lá? Se as pessoas só são felizes nas suas culturas tradicionais, com emprego certo, por que é que atravessam meio mundo em contentores para chegar à Inglaterra? Mas este facto destruiria a tese de que já não há trabalho ou oportunidades para enriquecer no Ocidente.

As globalizações também morrem: a cubanização do mundo

Uma coisa, no entanto, é também notável: é que, como o próprio Friedman nota na edição do seu livro de 1990, depois de uma década de suposta agitação livre-cambista, a percentagem do rendimento nacional apropriada pelo governo, que era de 40 por cento em 1980, estava em 42 por cento. Como ele dizia, «conventional wisdom may have changed, but conventional practice has not» (Milton e Rose Friedman, *Free to Choose. A Personal Statement*: Nova Iorque, Harcourt Brace, 1990, p. ix). O mesmo poderemos suspeitar que venha a ser o resultado de todos estes apelos à re-socialização e ao regresso a 1979. Por uma simples razão: os mesmos que querem receber pensões são os mesmos que não querem pagar impostos. Por isso, caso não se dê uma ruptura igual à de 1914-1918 ou 1939-1945, a tendência é para se prosseguir, hesitantemente, pelo mesmo caminho. A ambiguidade de John Gray, de Will Huton, de Anthony Giddens ou da

Terceira Via não é específica deles: é a ambiguidade dos públicos a quem eles querem agradar, dos públicos que, enquanto jovens na década de 1970, quiseram romper com o Estado social que os impedia de arriscar, mas que ao aproximar-se da velhice, vinte e cinco anos depois, se sentem inseguros. Este sentimento atravessa o texto de Gray: ele esbraveja contra o fim do Estado social neozelandês, para depois nos certificar de que era inevitável.

É portanto tempo de reduzir tudo às devidas proporções. Aquilo que se chama globalização não está dependente dos mercados globais, aqui convenientemente reificados, como se fossem uma máfia de patrões mal-intencionados cujo objectivo fosse despedir os trabalhadores. Assim como abriram as fronteiras porque os seus cidadãos queriam arriscar, qualquer governo pode fechar as fronteiras, ignorar os mercados de câmbios – desde que os seus cidadãos queiram segurança, ou desde que esses governos decidam dispensar a vontade dos seus cidadãos. Ninguém obriga os cidadãos de um Estado a precisar de investimentos externos ou de importações. Ninguém obriga ninguém a crescer e a enriquecer através dos mecanismos conhecidos para crescer e enriquecer: os mercados mundiais. Um livro mais honesto sobre o tema, o de Jimmy Goldsmith, pioneiro deste alarmismo antiglobalista e de que Gray retira vária inspiração, começa precisamente por aí. Muito honestamente, Goldsmith apela que os indivíduos renunciem ao enriquecimento e optem por uma vida franciscana (*Le Piège. Entretiens avec Yves Messarovitch sur quelques Idées Reçues*: Paris, Fixot, 1993, p. 175). Era já a receita de John Ruskin, em 1885, ou de Tolstoy, de todos aqueles gurus que surgiram no fim do século XIX, precisamente no auge da penúltima globalização, para recomendar aos homens que voltassem à «vida simples» da terra e recusassem o crescimento económico. No entanto, os nossos antiglobalistas não têm a coragem do especulador financeiro Goldsmith. Preferem jogar o mesmo jogo dos economistas clássicos (isto é, apostando na suposta natureza aquisitiva da humanidade) e suscitam o medo das privações que a globalização pode trazer. É assim que o antiglobalismo funciona psicologicamente. A verdade é que os antiglobalistas não se sentem à vontade para ser radicais. Daí a invenção de constrangimentos externos, como se os europeus e norte-americanos fossem prisioneiros dos capitalistas no mesmo sentido em que os russos e os chineses o foram dos comunistas (Gray reflecte essa projecção ao caracterizar o desenvolvimento do mercado livre na Grã-Bretanha como uma «grande experiência», uma espécie de plano estalinista). Um dos produtos mais cretinos desta literatura alarmista sobre a «globalização» anuncia na capa que no «século XXI só 20 por cento dos trabalhadores terão trabalho» (Hans-Peter Martin e Harald Schumann, *A Armadilha da Globalização. O Assalto à Democracia e ao Bem-estar social*: Lisboa, Terramar, 2000, já com três edições). Nada disto faz sentido. Se os indivíduos estão tão preocupados com a segurança do emprego, porque é que não optam por integrar Estados socialistas como os da Europa de Leste, onde havia emprego para toda a gente, e também escolas e hospitais? Por que não trocam os bmws e os Mercedes por um Trabant, e o emprego de técnico de software em Frankfurt, com emprego incerto, pelo de soldador num estaleiro naval «Lénine» do Báltico, com emprego garantido para a vida? Afinal, a Coreia do Norte existe. Cuba também existe.

É possível reverter à autarcia, claro: isso aconteceu entre 1918 e 1939, depois da globalização do século XIX. Ninguém nos garante que esta globalização não possa acabar como a outra. A Internet não é uma barricada. É o que demonstram John Micklethwait e

Adrian Wooldridge, num dos poucos livros relevantes sobre o tema (*A Future Perfect: the Challenge and Hidden Promise of Globalisation*: Londres, William Heineman, 2000). Para começar, o mundo está menos integrado do que parece. A percentagem do pnb gerada pelo comércio externo é de apenas 11 por cento na União Europeia e de 14 por cento nos eua. Se amanhã, os eua cortassem relações com o mundo, não seria o fim do «capitalismo americano», seria apenas o seu regresso a casa. O desastre não seria para os eua (embora os consumidores americanos perdessem muitos produtos a que se habituaram e o governo perdesse investimentos), mas para os outros países onde os intelectuais bramam contra o capitalismo americano, e que ficariam reduzidos a Cubas. A globalização seria substituída por aquilo que poderíamos chamar a cubanização. A globalização, «o capitalismo selvagem dos americanos», fornece um alibi muito conveniente para governos impotentes ou corruptos na Ásia e na América Latina.

É verdade que aquilo a que se chama «globalização» destrói certos empregos, sujeita economias aos humores das grandes bolsas, uniformiza gostos. Tudo isso é verdade. Mas é preciso ver o contrário. Cuba é um dos poucos países que, graças ao bloqueio americano, está livre do «capitalismo selvagem» e do McDonald's. A vida em Cuba é a vida que a maior parte dos países teriam sem globalização. O resultado é a pobreza, o nacionalismo mais rábido, a gestão do quotidiano pelo governo. Cuba não é um caso excêntrico. É uma pequena imagem do que aconteceu no mundo entre as duas guerras, durante o triunfo do proteccionismo sobre a globalização: ditaduras nacionalistas, estagnação dos níveis de vida, intolerância, e aquela perversa forma de pensar que equaciona liberdade individual com a independência nacional. Curiosamente, os esquerdistas que querem o McDonald's fora de França são os mesmos que o querem fazer regressar a Cuba. Não é preciso dizer que John Gray nunca fala de Cuba. Por vezes, os antiglobalistas escrevem sobre a globalização como se a alternativa fosse um mundo em que existem todas as vantagens da globalização (comida barata, acesso fácil ao que de melhor há, etc.), mais a garantia de que a mercearia da esquina não há-de fechar e o meu emprego é pago principescamente, mesmo que a minha produtividade seja baixa quando comparada com outros países. A verdade é que as economias abertas estiveram sempre relacionadas com maior pluralismo, maior tolerância, maior nível de vida. Cuba não é só pobre. É mais conservadora, e é mais xenófoba.

Quanto aos meios para regressar ao mundo não globalizado, isto é, para nos cubanizarmos, eles existem: a política é, em todo o lado, local. Para satisfazer um pequeno lobby de produtores de hamburgueres nacionais, mesmo que ao dobro do preço e de pior qualidade, um chefe de governo poderá estar disposto a proibir o McDonald's. Hayek já desesperara desta democracia de manifestações, em que a maioria é ultrapassada por minorias vociferantes, armadas com retóricas emocionais para defender os seus pequenos interesses. Neste jogo, os baluartes da democracia podem não conter a maré toda. O ponto de partida do debate sobre a globalização é o velho pressuposto esquerdista da «alienação» do povo. Não se admite que o sistema actual corresponde a uma vontade política, mas à manipulação e lavagem ao cérebro. Desse modo, fica-se livre para ignorar os resultados dos sistemas de representação parlamentar de tipo ocidental e para, em alternativa, promover outras formas de «democracia», tal como o vanguardismo antiglobalista.

O único interesse do debate actual sobre a chamada «globalização» está em assinalar o regresso transfigurado do velho esquerdismo da geração de 1968, entretanto instalada nas

universidades durante a expansão da década de 1970, e a quem os acontecimentos de 1989 tinham deixado sem sentidos. Tal como o debate sobre o «Estado» na década de 1980 assinalou o renascimento do direitismo da geração da Guerra Fria de 1950, abalada pela revolução cultural da década de 1960. Havia aqui um estudo interessante a fazer sobre os ciclos ideológicos. Entretanto, a cara do velho Marx, em versão pós-moderna, irónica, intimista, já regressou às livrarias (ver a biografia de Francis Wheen, Karl Marx: Londres, Fourth Estate, 1999, que tem sido um sucesso). Quem gostaria de apostar que em 2020 o prof. Gray estará a escrever um livro chamado O Falso Entardecer sobre «as ilusões do socialismo global»? Aliás, há um dado curioso: o debate sobre a globalização é, segundo os seus assustados proponentes, sobre uma situação inédita na história do mundo. É então curioso como segue argumentos e raciocínios velhos de décadas. Na década de 1960, o equivalente deste debate era mais modesto e restrito: tratava-se de apurar se a industrialização do século XIX tinha ou não sido acompanhada de um melhoramento dos níveis de vida dos operários. Para essa discussão, como para todas as discussões deste tipo, a evidência empírica conta menos do que os dogmas apriorísticos dos investigadores. A divisão de opiniões foi, assim, sempre politicamente determinada. Os historiadores de esquerda sempre se esforçaram por provar que o crescimento industrial provocara miséria, segundo a famosa crença marxista. Hoje em dia, os mesmos se esforçam por demonstrar que a «globalização» só produz pobreza. É preciso dizer que o conceito de pobreza que está subjacente a estas denúncias da globalização é simplesmente político. Não traduz destituição absoluta, mas relativa, e portanto quer dizer pura e simplesmente desigualdade. Em suma, o que está em causa são princípios políticos, não são realidades sociais. A «realidade», se é que temos instrumentos para medir qualquer coisa independente dos preconceitos do observador, é totalmente irrelevante neste debate. É esta a verdadeira miséria do debate sobre a globalização.

De resto, a coerência e a sensatez são sempre as primeiras baixas de campanhas ideológicas como estas. Os mesmos que exigem ajuda aos governos do Terceiro Mundo, são aqueles que a recusam aos cidadãos desse Terceiro Mundo, reclamando ao mesmo tempo tarifas proteccionistas para os têxteis e produtos agrícolas e medidas politicamente correctas sobre condições de trabalho. Assim, os empresários do Terceiro Mundo ficam convenientemente impedidos de aproveitar os mercados dos países ricos e a maioria da população condenada a viver dos subsídios ideológicos dos antiglobalistas. Isto não é um pequeno detalhe do debate: só os subsídios à agricultura nos países ricos equivalem a todo o pnb de África. Os antiglobalistas preferem financiar ministros corruptos, geralmente anticolonialistas com uma retórica socialista, do que dar uma oportunidade aos indivíduos. Os mesmos que defendem emigrantes clandestinos em nome de um deslocado direito de asilo são, como se viu em Portugal, aqueles que se opõem à regulamentação da migração económica para permitir mais entradas e em melhores condições.

Enfim, a globalização é hoje uma cobertura para a cobardia de governos de esquerda encostados à ideologia do mercado, que não têm coragem de assumir os custos dos aumentos de produtividade, e uma cobertura para a cobardia das oposições de esquerda, que deixaram de ter coragem de reclamar o socialismo, com as suas nacionalizações, direcções burocráticas, e lojas vazias. Para estas viúvas do socialismo, o «horror económico» dá um grande jeito: serve para esconder e fazer esquecer o outro horror, muito evidente em 1989: o «horror do socialismo». Uns não têm coragem de assumir as

privatizações, outros não têm coragem de defender expropriações. Era isto que Gray estava, talvez melhor do que ninguém, em condições de analisar. Não o fez aqui. Continuamos à espera do livro que John Gray há-de escrever sobre a globalização.